

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Aos vinte e um dias do mes de janeiro realizou-se a reunião preparatória e aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às nove horas e vinte minutos, na Cidade Administrativa em Belo Horizonte/MG, teve início a **33ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da pauta da reunião ordinária, conforme descritos a seguir.

Informes Gerais	
Participantes da 33ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social	
João Luiz Paste (IJSN), Marcos Affonso Ortiz Gomes (Ramboll/MPF), Marta Zorzal e Silva (UFES), Walquiria Ana Soares (Iema), Daniel Santos Menezes (Ibama), Letícia Artuso (FGV/MPF), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Caetano Etrusco (Prefeitura de Barra Longa), Nágila da Silva Santos (Rosa Fortini), Cleber Leonardo de Souza (Sedese), Claryssa Almeida (Sedese), Letícia da Silva Gomes (Flacso), Eliana Sena Natalli (Comissão dos Atingidos), Maria da Penha Rocha (Comissão dos Atingidos), Mislene Aparecida Freitas (Comissão dos Atingidos), Eliane Gregório (Comissão dos Atingidos), Enéas Ferreira Pinto Filho (Comissão dos Atingidos), Eliane Balke (Comissão dos Atingidos), Flávia Cunha (EY), Carolina Berg (EY), Thays Coutinho (EY), Rafaela Marques (Renova), Paula Vieira (Renova), Renata Carvalho (Renova), Lauren Kelly (Renova), Fernanda (Renova), Guilherme Alberto (Renova), Antônio Matheus (Renova), Luiz Ferraro (Renova), Ana Carolina (Renova), Danusa Nascimento (Renova), Hilka Krentz (Renova), Pedro Strozenberg (Renova), Rodrigo Kuyumjian (Renova), Fernando Matos (Renova), Taizi Honorato (Renova), Jean Carlos (Renova) e Fernando Carvalho (Renova).	
1) Aprovação da Ata 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social	
Discussão	Após leitura e consulta aos membros, a ata foi aprovada sem objeções.
2) Definição do PG 35 – Programa de Informação para a População	
Discussão	A Sra. Renata Carvalho, representante da Fundação Renova, relatou que a nova versão do documento de definição do PG 35, foi elaborada com aprimoração constando as considerações da Nota Técnica nº 20/2019/CT-PDCS/CIF e solicitou devolutiva por parte da CT-PDCS. O Sr. João Paste, coordenador interino da CT, pontuou que não foi possível fazer a avaliação do material recebido no último dia 13 de janeiro, sugerindo tratativas por e-mails e devolutiva na próxima reunião. Os principais pontos debatidos: solicitação de cronologia de execução do programa; objetivo geral e objetivo específico, que foi ampliado para outros programas; utilização de experiência do Museu da Pessoa, cronograma, proposta de repositório, que está sendo feita em parceria com a Fundação João Pinheiro; indicação de reuniões nos territórios para coleta dos relatos das histórias dos atingidos; discussão sobre os indicadores e sugestão de um indicador de diversidade das fontes de informações; espaços físicos e meios digitais, com a garantia que o acervo não seja apenas em meio digital; a questão dos locais físicos distribuídos em três sedes físicas, com suas especificidades; a necessidade de ter pessoas para atendimento nos espaços físicos preparados para todo tipo de demanda de atingidos e outros públicos; a definição dos espaços fixos e os mecanismos para meios itinerantes e micronúcleos, com a participação dos atingidos; processo contratual para os fluxos internos e aprovação do CIF, após definição e revisão dos valores necessários.
3) Apresentação pela EY do escopo do trabalho da auditoria e status de asseguaração dos Programas da CT-PDCS, com discussão do relatório da avaliação do PG 35.	
Discussão	A Sra. Thays Coutinho, representante da EY, apresentou o papel da auditoria previsto na cláusula nº 200 do TTAC e cláusula nº 53 do TAC-GOV, detalhando o escopo que foi definido e aprovado pelo

Discussão

CIF, com as quatro frentes de assegurar do escopo: auditoria finalística de assegurar dos programas, assegurar dos dispêndios dos programas, relatório anual e o cumprimento do planejamento anual; avaliação de outros aspectos e informações relacionados ao acordo. Informou que não é escopo de trabalho da EY emitir relatórios sobre a integridade de sistemas, a exemplo do SGS, e realizou resgate histórico sobre como a Auditoria vem atuando nos últimos anos. Relatou que, mesmo assim, foram identificadas no ano passado diversas fragilidades no sistema que apontaram a necessidade de verificação interna, como na questão das fragilidades indicadas pela Assessoria Técnica Rosa Fortini. Observou que as verificações internas necessitam de amostragem maiores e procedimentos adequados, visto ter uma base não confiável. A Sra. Flávia Cunha, representante da EY, apresentou status dos Programas nº 06, 35 e 36. Temas debatidos: esclarecimentos sobre a divisão da tarefa e sobre a separação da auditoria contábil, não realizada pela EY; questionamentos sobre as inconsistências apresentadas do sistema, casos de percepções de alterações pela EY; a verificação de inconsistência no sistema SGS, na última semana, por representante da Ramboll; relatos de existência de casos de perda de assuntos-temas sobre os assuntos dos programas, que as solicitações ficam perdidas e sem respostas; identificação de nomes sem a identificação correspondente, apontamentos de fragilidades no sistemas que podem acarretar os erros observados; acerca do PG 35, houve discussão sobre a inexistência de garantia de funcionamento por dez anos, contados da efetiva implantação do CIT e errata relativa à Cláusula 174, dada como concluída e ainda não foi iniciado; identificada divergências entre a quantidade de visitantes do CTI apresentada pela Renova nos relatórios de atividades enviados ao CIF, divergência na indicação do número de participantes e falta de evidência através de assinaturas e verificação de irregularidades no CIT de Mariana relativas à acessibilidade, conforme normas vigentes; acerca do PG 06, as divergências referentes ao PTI e a necessidade de seus custos serem alocados dentro de um programa; necessidade de alinhamento da estruturação dos PTIs; apontamento de reunião entre a EY e Renova para alinhar a questão dos PTIs e sua definição entre finalístico e administrativo.

4) SGS: Discussão sobre problemas relatados por assessoria técnica em reuniões ordinárias da CT-PDCS; Funcionamento geral e condições para acesso e conferências, pelos atingidos e Ats; e Possibilidade de apresentação de plano de trabalho e alcance sobre validação do SGS, pela auditoria independente EY

Discussão

O Sr. João Paste, coordenador interino da CT-PDCS, realizou resgate de relatos anteriores, na CT-PDCS, sobre a observação de inconsistências e erros do SGS e abriu o espaço para detalhamento de situações relacionadas ao tema. A Sra. Nágila Santos, representante da assessoria Rosa Fortini, relatou diversas situações e casos de atingidos, apontando tipos de informações divergentes relacionados aos dados cadastrais disponibilizados no sistema, erros ao acessar o SGS e o Portal do Usuário, registrou os transtornos pela instabilidade e repetição de travamento para acesso da Assessoria, com mensagem de “erro nº 5”, e que, em contato com responsável, sempre é informada que deve aguardar, não havendo solução efetiva. Ressaltou que documentos entregues pelos atingidos não são encontrados no cadastro via Portal do Usuário, relatou casos de pareceres com informações de pessoas diferentes no mesmo documento, pontuou a gravidade dos erros do sistema e os impactos para os atingidos; relatou dois casos com rompimento da relação de confiabilidade, nos quais pessoas atingidas receberam os pareceres com outras informações pessoais e familiares, sendo expostas relação de doenças, dados da entrevista, recebimento do AFE por familiares, valores recebidos do governo, divulgação de dados familiares etc. Observou que o uso de linguagem complexa e o tamanho da letra de impressões de devolutivas em pareceres dificultam e inviabilizam a leitura e, conseqüentemente, torna impossível sua contestação. Solicitou esclarecimentos destes fatos e a ampliação do status de acesso da AT aos demais módulos dos sistemas, reiterando as dificuldades na atuação da assessoria aos atingidos sem a liberação e ampliação desse acesso. Houve manifestação dos atingidos, que apontaram a existência de casos similares aos mencionados pela representante da AT bem como inconsistências documentais e dos dados disponibilizados através do sistema. Foi relatado pela representante de Atingidos de São Mateus que, após o rompimento, foram realizados 401 cadastros no total, e na devolutiva ficou evidenciado que 37 cadastros não foram realizados apesar de haver números de protocolos emitidos pela Fundação Renova e ressaltou o quanto é delicada toda esta situação. Foi relatado que

<p>Discussão</p>	<p>há casos de atingidos que sobreviviam de pesca nos estuários, sendo mantida a situação de não reconhecimento destes, apesar da definição contida na Deliberação nº 58/2017, e os impactos advindos da falta de tratativa destas questões. Exemplificou os casos de falta de renda e os casos de pessoas que estão passando fome e ressaltou que mesmo que façam a pesca não há compradores em função da contaminação dos pescados. A representante do setor de cadastro da Fundação Renova, esclareceu que o SGS é um sistema de gestão da informação, pontuou que questões relacionadas aos cadastros devem ser tratadas dentro do fluxo da CT-OS, na qual existe um acompanhamento constante, e que o setor de cadastro realiza as coletas, análises e armazenamentos e, após o processamento das informações, são enviadas ao SGS. Ressaltou que pode ter havido uma questão de sincronização e que este fato não compromete os dados dos atingidos ou que pode haver um erro em relação ao tipo de visualização dos documentos. Os principais temas discutidos foram: erros apontados, inconsistências no sistema, falta de confiabilidade, necessidade de apurar e solucionar as demandas, pontuado o cuidado para não haver a generalização dos erros do sistema, e a necessidade de tratativas das demandas sem que retorne sua incidência e novas ocorrências; os desafios decorrentes dos diversos cenários para a Fundação Renova, com as questões judicializadas; a existência de cadastros não finalizados, a solicitação de respostas e esclarecimento para os casos apresentados na reunião e a gravidade da questão relatada, de sincronização e troca dos dados das pessoas; o constrangimento decorrente da disponibilização de dados pessoais a outras pessoas e a entrega de ofícios através de terceiros da comunidade; os laudos relacionando dados de pessoas distintas, que são casos recorrentes; a necessidade de solucionar os problemas de entrega de ofícios aos atingidos; a necessidade de identificação, verificação e correção das falhas e a geração de confiança nos sistemas, superando as inconsistências do SGS; o compromisso dos representantes da Fundação Renova em solucionar os casos apresentados pela AT e em superar as incongruências dos dados disponibilizados, revisão geral do SGS.</p>
<p>Encaminha mento</p>	<p>E-33.1 – Apresentação de devolutiva dos quatro casos apresentados, indicando causas e soluções para os erros encontrados, com acompanhamento da Ouvidoria. Responsável: Fundação Renova. Prazo: RO CT-PDCS, em 18/02/20.</p>
<p>Encaminha mento</p>	<p>E-33.2 – Apresentação do fluxo de informações de Cadastro de pessoas atingidas e dos mecanismos de checagem e de controle interno da Fundação Renova aplicáveis ao SGS. Responsável: Fundação Renova. Prazo: RO CT-PDCS, em 18/02/20.</p>
<p>5) Relatório de Execução do PG 06, com detalhamento da formulação, andamento, progressos e perspectivas para os Planos Territoriais Integrados</p>	
<p>Discussão</p>	<p>O Sr. João Paste realizou a leitura da Nota Técnica nº 20/2019/CT-PDCS/CIF, que trata do Relatório de Execução do PG 06, a qual tem como objetivo contribuir na avaliação do andamento dos processos planejados e necessários para a adequada execução do PG 06 e na construção de entendimentos quanto à estruturação e conteúdo do Plano Territorial Integrado. Os itens ressaltados e discutidos foram: necessidade de alinhamento sobre a situação dos PTIs e de atendimento aos compromissos e às expectativas contidas no documento de definição do PG 06, aprovado pela CIF, reafirmando que os PTIs deve ser entregue de acordo com a aprovação de definição do programa; apontamento das distâncias dentro dos territórios e a necessidade de cuidar dessa situação; divergências quanto ao entendimento de um PTIs; evidenciada a importância da contratação das assessorias técnicas para os atingidos; registrada a indicação de reunião entre EY e Fundação Renova, na semana seguinte, para alinhamento sobre PTIs e definição da classificação dos PTIs como ação finalística, passível de auditoria; detalhamento dos trâmites para decisão de contratação das assessorias técnicas para atendimento dos atingidos.</p>
<p>Encaminha mento</p>	<p>E-33.3 – Apresentação de proposta para a elaboração dos PTIs, observadas as considerações contidas na Nota Técnica nº 21/2019/CT-PDCS/CIF. Responsável: Fundação Renova. Prazo: RO CT-PDCS, em 18/02/20.</p>

6) Consolidação de Devolutiva ao Relatório Preliminar sobre indicadores do PG06 e do PG36, elaborado pela consultoria Move Social

<p>Discussão</p>	<p>A Sra. Marta Zorzal, representante da UFES, realizou a leitura da Nota Técnica nº 22/2020, que trata do Relatório Preliminar sobre indicadores do PG06 e do PG36, elaborado pela Move Social. O Sr. Guilherme, representante da Fundação Renova, apresentou documento complementar à devolutiva apresentada pela Fundação em 18 de janeiro. Após as exposições, os assuntos discutidos foram: falta de entendimentos acerca do conceito de participação; importância da transparência em todos os processos, representantes de atingidos manifestam desconhecem os programas que estão previstos e que acontecem em seus territórios; avaliação subjetiva dos temas e consequentes dificuldades na geração de indicadores e a característica de transversalidade do PG 06 nos demais programas e a importância da participação em todos os programas e a possibilidade de definição e criação de indicadores em processos intercâmaras, em itens como satisfação e efetivação do processo participativo, dentre outros; preocupações com a manifestação da Fundação Renova pelo descarte prematuro da maior parte dos indicadores sugeridos nas oficinas, conforme devolutiva apresentada pela Fundação, o que demonstra reduzido respeito e consideração com as contribuições do processo participativo observado nas oficinas; necessidade de pontuação dos atributos para mensuração dos indicadores para cada programa, ressaltada a métrica individual de cada programa e necessidade de alinhamento com os técnicos de cada programa; construção de estratégias de participação e criação de indicadores sem ter a preocupação apenas com foco no resultado; ressaltado pela empresa de auditoria que todos os indicadores têm necessidade de serem finalísticos, pois serão objeto de aferição; construção de indicadores resgatando o passado dos programas, pontuado os desafios da construção dos indicadores e a consagração dos indicadores no universo de cada programa, com a contribuição dos responsáveis técnicos de cada programa. Por fim, a Sra. Maria da Penha, representante dos atingidos de Santa Cruz do Escalvado, agradeceu a ida de dois representantes da Fundação Renova em Rio Doce. Solicitou que tenha responsável em Santa Cruz do Escalvado, pontou que a divulgação dos eventos vem acontecendo e ressaltou que houve melhorias nos postos de atendimento.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-33.4 – Revisão da devolutiva referente ao Relatório Preliminar sobre indicadores do PG06 e do PG36, elaborado pela Move Social, considerando e respeitando as contribuições do processo participativo observado nas oficinas. Responsável: Fundação Renova. Prazo: RO CT-PDCS, em 18/02/20.</p>

O coordenador leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. **A 33ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social encerrou-se às dezessete horas e trinta e seis minutos.**